

AMOSTRA

Ministério Público do Estado de São Paulo

MPSP

ANALISTA DE PROMOTORIA II



memoriza.ai



FALA, FUTURO APROVADO NO CONCURSO DO MP/SP!

Seja muito bem - vindo!

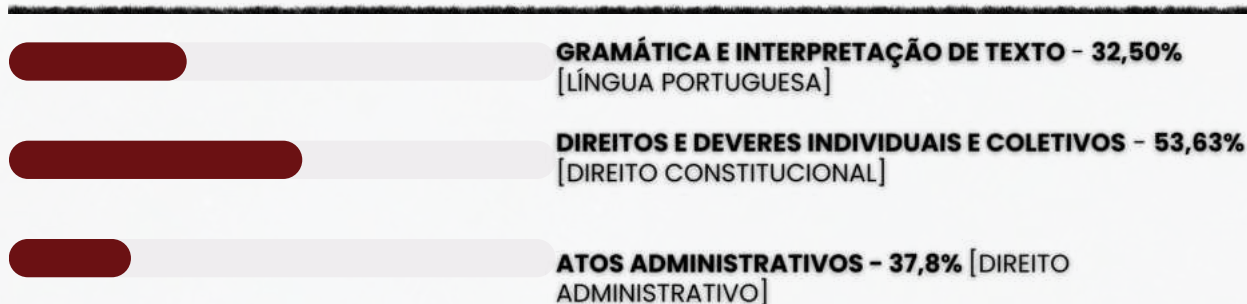
VOCÊ ACABA DE BAIXAR A AMOSTRA DO MEMORIZA.AÍ PARA ESTE CONCURSO.

O **Memoriza.aí** é um material que contém **dicas estratégicas** dos assuntos que certamente vão cair na sua prova!

Nossa equipe pedagógica realizou uma **análise** de **mais de 50000 questões** de **concursos anteriores** e identificou os **assuntos chave** que sempre se repetem nas últimas provas.

Por meio dessa **análise** das questões da **banca** e do **concurso** desenvolvemos um **material específico** com **dicas ilustradas** e **gatilhos emocionais** para melhorar sua memorização, de modo que você poderá focar exatamente nos assuntos que serão cobrados na sua prova.

Veja no gráfico abaixo uma breve demonstração dos **temas mais frequentes** das **provas** identificados pela nossa equipe pedagógica:



É como se a gente fizesse todo **trabalho duro** por você e te entregasse o que você precisa. Com isso, **você ganha muitooo tempo!**

ENÃO PARA POR AÍ...

Você ainda terá acesso a bônus exclusivos - quer ver?

Além do material base para o seu estudo, você terá acesso a **4 bônus exclusivos** que vão **potencializar** o seu **progresso** nos **estudos**. Veja abaixo os bônus:



BÔNUS 1: DO ZERO À APROVAÇÃO

UM MATERIAL QUE ENSINA A ORGANIZAR SUA JORNADA DE ESTUDO, DO COMEÇO AO FIM, DESDE A DECISÃO DE QUAL CARGO ESCOLHER ATÉ COMO ORGANIZAR SEUS ESTUDOS, CRONOGRAMAS E ESCOLHER AS FERRAMENTAS DE ESTUDO QUE VOCÊ UTILIZARÁ.



BÔNUS 2: GESTÃO DO TEMPO

O CONTEÚDO SERÁ MINISTRADO POR PÚBLIO ALVES, APROVADO NO TJ-SP, E SERÁ DISPONIBILIZADO EM VÍDEO AULAS, JUNTAMENTE COM MATERIAL DE APOIO E UMA PLANILHA MODELO PARA AJUDAR NA ORGANIZAÇÃO DA SUA ROTINA, AUMENTANDO EM ATÉ 10 VEZES A SUA PRODUTIVIDADE NOS ESTUDOS.



BÔNUS 3: COMO HACKEAR O EDITAL

SE VOCÊ TEM DIFICULDADE EM ENCONTRAR AS PRINCIPAIS INFORMAÇÕES E ANALISAR OS TÓPICOS MAIS COBRADOS DE UM EDITAL, APRENDERÁ TUDO ISSO NA PRÁTICA, DESVENDANDO TUDO O QUE PRECISA PARA EXTRAIR TODOS OS CÓDIGOS DE EDITAL.



BÔNUS 4: CRONOGRAMA 30 DIAS

ESTE CRONOGRAMA OFERECE UMA ESTRUTURA CLARA E PRÁTICA PARA OS 30 DIAS QUE ANTECEDEM SUA PROVA, PERMITINDO UMA ABORDAGEM ORGANIZADA E EFICIENTE DO ESTUDO. AO DIVIDIR O CONTEÚDO EM PARTES MANEJÁVEIS E DISTRIBUIR AS ATIVIDADES AO LONGO DO PERÍODO, VOCÊ PODERÁ FOCAR EM CADA TÓPICO COM MAIS PROFUNDIDADE E EVITAR A SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES.

ESSES BÔNUS SÃO POR TEMPO LIMITADO!

[clique aqui para saber mais!](#)

Veja só o depoimento de um de nossos alunos que foi **APROVADO** recentemente no concurso:

“

Oiii! Boa tarde!

Ana Luiza



Pensei mto antes de vir aqui, mas sei que feedbacks são importantes, e eu não podia deixar de agradecer pelo material. Ano passado comprei o material da EBSEH de vocês, e fui aprovada em segundo lugar, no HUNIFAP.

Foi o único material que estudei, e por ser de fácil linguagem e bem gráfico (eu sou muuuuito visual), deu mto bom pra mim!

Parabéns pelo trabalho!!

”

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o suporte:



contato@memorizaai.com.br

ou



clique aqui para acionar nosso time via **whatsapp**.

QUER SER O PRÓXIMO APROVADO?

clique aqui e saiba como

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO – MP/SP!

Abordamos **todas as disciplinas exigidas** do edital!

NO MATERIAL COMPLETO VOCÊ TERÁ ACESSO AS DISCIPLINAS DE:

-  Língua Portuguesa
-  Matemática
-  Raciocínio Lógico
-  Atualidades
-  Informática
-  Direito Constitucional e Ministério
-  Público
-  Direito Administrativo
-  Direito Penal
-  Direito Processual Penal
-  Teoria Geral das Ciências Contábeis

**VEJA ABAIXO A AMOSTRA COM O FORMATO DO MATERIAL QUE VOCÊ
PODE TER ACESSO PARA AUMENTAR SUA CHANCE DE APROVAÇÃO!**

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)

CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

DICA

DICAS PARA ACERTAR A ACENTUAÇÃO

1 - COMPREENDA A FUNÇÃO DE CADA ACENTO

- agudo (´) — indica a tônica da sílaba com **som aberto**.

Exemplo: pé, forró;

- circunflexo (^) — indica a tônica da sílaba com **som fechado**.

Exemplo: vovô, crochê. Também é usado para **indicar o plural** de alguns verbos na 3ª pessoa. Exemplo: (ele) tem, (eles) têm;

- grave (`) — no Português, é usado apenas para **indicar a crase**.

Exemplo: ir à escola;

- til (~) — indica a **nasalização de uma vogal**, geralmente em ditongos nasais.

Exemplo: mãe, irmão, eleições.

2 -QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS ENTRE ACENTUAÇÃO TÔNICA E ACENTUAÇÃO GRÁFICA?

 **Acentuação tônica:** refere-se à **pronúncia da palavra**. A sílaba com **acento tônico** é aquela com **pronúncia mais forte e enfática**.

 **Acentuação gráfica:** refere-se aos sinais de acentuação usados na **escrita** para **indicar o acento tônico**. Trata-se **especificamente** do **acento agudo** (para indicar ênfase com sons abertos) e do **acento circunflexo** (para indicar ênfase com sons fechados).

Observe as seguintes palavras e note a diferença entre elas:



sab**ia** – viv**i**do – vit**i**ma

sáb**ia** – vív**ido** – vít**ima**

 Perceba que o **acento tônico** nas **palavras da primeira linha** recai sobre a **penúltima sílaba** e que **não há acento gráfico** nessas palavras. Já na **segunda linha**, o **acento tônico** recai sobre a **antepenúltima sílaba**, havendo **acento gráfico** nelas para **indicar essa sílaba tônica**.

DICA

COLOCAÇÃO PRONOMINAL III



Quando o verbo inicia a oração ou está no imperativo afirmativo, o pronome oblíquo deve vir depois dele.

ÊNCLISE

A ênclise é quando o **pronome pessoal oblíquo** é colocado **depois do verbo**. Considerando que a ordem direta dos termos na língua portuguesa é **sujeito - verbo - complemento**, e que o **pronome oblíquo átono** atua como **complemento do verbo**, é delineado que a posição habitual do pronome átono em relação ao verbo é a ênclise.

Quando as locuções verbais são formadas por tempos compostos, ou seja, quando um verbo auxiliar como "ter" ou "haver" é combinado com o particípio de um verbo principal, a ênclise (colocação do pronome pessoal átono depois do verbo) não é admitida.



Eu te amo.



Levou-me ao desespero.



Amo-o muito.



Refere-se a várias pessoas.



Deixou-me para trás.

adaptações fonéticas que ocorrem entre os pronomes oblíquos átonos e certos verbos.

• Mudanças com R, S ou Z antes de O, A, OS, AS:

Verbo terminado em R + O, A, OS, AS: corta-se o R e adiciona-se L.

- Exemplo: fazer + o = fazê-lo

Verbo terminado em S + O, A, OS, AS: corta-se o S e adiciona-se L.

- Exemplo: pôr + a = pô-la

Verbo terminado em Z + O, A, OS, AS: corta-se o Z e adiciona-se L.

- Exemplo: trazer + as = trazê-las

• Mudanças com verbos terminados em som nasal:

Verbos terminados em som nasal (exemplo: -ã, -õe, -õem) fazem o pronome assumir as formas NO(S) e NA(S).

- Exemplo: têm + o = têm-no
- Exemplo: vem + a = vem-na



DICA

CONCORDÂNCIA NOMINAL

A concordância nominal é uma regra gramatical que **se aplica às palavras que se referem a substantivos (nomes) e que devem concordar em gênero (masculino ou feminino) e número (singular ou plural)** com os substantivos que modificam.



ADJETIVOS

Os adjetivos concordam em gênero e número com o substantivo a que se referem. Por exemplo:

- *O carro vermelho (masculino singular).*
- *A casa amarela (feminino singular).*
- *Os livros interessantes (masculino plural).*
- *As flores bonitas (feminino plural).*

ARTIGOS

Os artigos também concordam com o substantivo em gênero e número. Por exemplo:

- *O menino (masculino singular).*
- *A menina (feminino singular).*
- *Os meninos (masculino plural).*
- *As meninas (feminino plural).*

PRONOMES

Os pronomes concordam com o substantivo ao qual se referem em gênero e número.

Por exemplo:

- *Este livro é meu. (masculino singular).*
- *Esta caneta é minha. (feminino singular).*
- *Estes livros são meus. (masculino plural).*

NUMERAIS

Os numerais também concordam com o substantivo em gênero e número.

Por exemplo:

- *Cinco gatos (masculino plural).*
- *Duas casas (feminino plural).*
- *Um livro (masculino singular).*
- *Uma flor (feminino singular).*



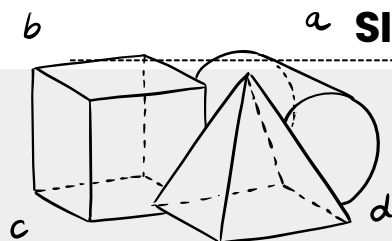
Nos casos de **adjetivos no grau comparativo e superlativo concordam com o substantivo que modificam.**

Por exemplo:

- *Ele é o aluno mais inteligente da turma.*
- *Ela é a atriz mais talentosa do elenco.*

DICA

SISTEMAS DE UNIDADES DE MEDIDAS



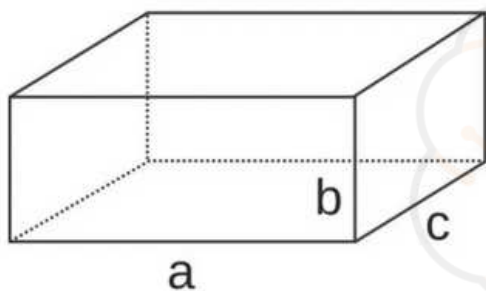
CÁLCULO DE VOLUME DE SÓLIDOS

FÓRMULAS PARA O CÁLCULO DE VOLUME

VOLUME DO PARALELEPÍPEDO RETÂNGULO

O volume do paralelepípedo retângulo pode ser encontrado quando **multiplicamos** as **suas três dimensões**:

$$V = a \cdot b \cdot c$$



Exemplo 1:

- Calcule o volume de um prisma no formato de um cubo cujas arestas medem 5 cm cada:

$$V = a^3$$

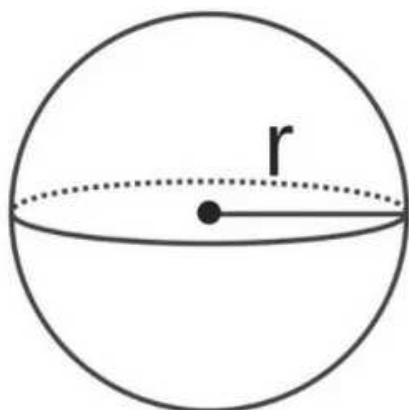
$$V = 5^3$$

$$V = 125 \text{ cm}^3$$

VOLUME DA ESFERA

A esfera é também um formato comum no dia a dia, como as bolas que utilizamos para praticar certos esportes, além de ser um formato comum na natureza.

- Para calcular o volume da esfera, é **necessário conhecer somente o seu raio**:



$$V = \frac{4}{3} \pi r^3$$

Exemplo 1:

- Calcule o volume da esfera que possui raio igual a 2 metros (use $\pi = 3,1$):

$$V = \frac{4\pi r^3}{3}$$

$$V = \frac{4\pi \cdot 2^3}{3}$$

$$V = \frac{4\pi \cdot 8}{3}$$

$$V = \frac{4 \cdot 3,1 \cdot 8}{3}$$

$$V = \frac{99,2}{3}$$

$$V \approx 33,07 \text{ m}^3$$

DICA

EQUAÇÕES II



EQUAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

EQUAÇÃO DE SEGUNDO GRAU

Uma equação de segundo grau é uma equação algébrica que pode ser escrita na forma geral:

$$ax^2 + bx + c = 0$$

- **Onde:** x é a variável (a incógnita que estamos tentando encontrar).
- **a , b , e c** são coeficientes constantes, com **a** sendo diferente de zero.

A solução de uma equação de segundo grau pode envolver até duas soluções diferentes para a variável x . Essas soluções podem ser números reais ou números complexos, dependendo do valor do discriminante (Δ), que é dado por:

$$\Delta = b^2 - 4ac$$

- **Se $\Delta > 0$,** a equação possui duas soluções distintas e reais para x .
- **Se $\Delta = 0$,** a equação possui uma única solução real para x .
- **Se $\Delta < 0$,** a equação possui duas soluções complexas (não reais) para x .

Para encontrar as soluções de uma equação de segundo grau, você pode usar a fórmula quadrática, que é:

$$x = \frac{-b \pm \sqrt{b^2 - 4ac}}{2a}$$

- **Onde:** $\pm$ indica que existem duas soluções, uma com o sinal positivo e outra com o sinal negativo.
- $\sqrt{\Delta}$ é a raiz quadrada do discriminante.

Por exemplo, para resolver a equação $x^2 - 4x + 3 = 0$, você pode calcular o discriminante primeiro:

$$\Delta = (-4)^2 - 4 \cdot 1 \cdot 3 = 16 - 12 = 4$$

Como $\Delta > 0$, a equação possui duas soluções reais. Você pode usar a fórmula quadrática para encontrar essas soluções:

$$x = \frac{-(-4) \pm \sqrt{4}}{2 \cdot 1} = \frac{4 \pm 2}{2} = 2 \pm 1$$

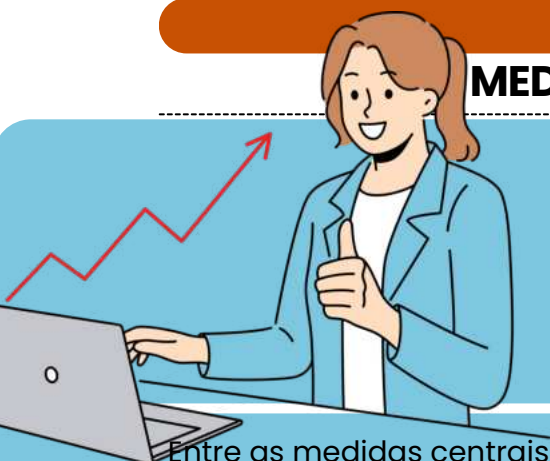
Portanto, as soluções são $x=3$ e $x=1$.

DICA

MEDIDAS DE TENDÊNCIA CENTRAL

MÉDIA PONDERADA

o que é isso?



Entre as medidas centrais, a mais utilizada é a média. Existem vários tipos de média, mas as mais comuns são a **média aritmética simples** e a **média aritmética ponderada**.

Na média aritmética ponderada, são atribuídos **pesos** para cada um dos valores. Quanto **maior for o peso**, maior será a **influência daquele determinado dado** no valor da média aritmética ponderada.

Para calcular a média aritmética ponderada, utilizamos a fórmula:

$$\bar{x} = \frac{p_1 \cdot x_1 + p_2 \cdot x_2 + p_3 \cdot x_3 + \dots + p_n \cdot x_n}{p_1 + p_2 + p_3 + \dots + p_n}$$

Para calcular a média ponderada, calculamos o **produto de cada valor por seu respectivo peso** e, depois, calculamos a soma entre esses produtos e dividimos pela soma dos pesos.

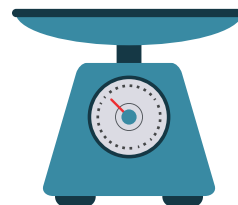
- ✓ $p_1, p_2, p_3, \dots, p_n \longrightarrow$ Pesos
- ✓ $x_1, x_2, x_3, \dots, x_n \longrightarrow$ Valores do conjunto

EXEMPLO NA PRÁTICA:

Durante uma seleção de professores, a prova era dividida em algumas etapas, e cada uma delas tinha um peso. O candidato vencedor seria o que alcançasse maior nota. Vamos encontrar, então, o candidato que possui maior média.



Prova de língua estrangeira $\rightarrow$ **peso 1**
 Prova prática $\rightarrow$ **peso 2**
 Prova específica da área $\rightarrow$ **peso 3**
 Análise de currículo $\rightarrow$ **peso 4**



✓ OS CANDIDATOS ARMANDO E BELCHIOR TIVERAM AS SEGUINTES NOTAS:

CRITÉRIOS	AMANDO	BELCHIOR
LÍNGUA ESTRANGEIRA	10	6
PROVA PRÁTICA	9	7
PROVA ESPECÍFICA	8	8
ANÁLISE DE CURRÍCULO	7	10

Então, calcularemos as médias:

$$\bar{x}_A = \frac{1 \cdot 10 + 2 \cdot 9 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 7}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_A = \frac{10 + 18 + 24 + 28}{10}$$

$$\bar{x}_A = \frac{80}{10}$$

$$\bar{x}_A = 8,0$$

$$\bar{x}_B = \frac{1 \cdot 6 + 2 \cdot 7 + 3 \cdot 8 + 4 \cdot 10}{1 + 2 + 3 + 4}$$

$$\bar{x}_B = \frac{6 + 14 + 24 + 40}{10}$$

$$\bar{x}_B = \frac{84}{10}$$

$$\bar{x}_B = 8,4$$

O CANDIDATO QUE POSSUI **MAIOR MÉDIA** É O BELCHIOR, LOGO ELE SERÁ CONTRATADO.



DICA

CONECTIVOS LÓGICOS III

CONECTIVO "OU EXCLUSIVO" (DISJUNÇÃO EXCLUSIVA)

A disjunção exclusiva é um pouco diferente da disjunção comum, pois **requer que exatamente uma das proposições simples seja verdadeira e a outra seja falsa para que a proposição composta seja verdadeira**. Se ambas as proposições simples forem verdadeiras ou ambas forem falsas, a disjunção exclusiva será falsa.



Na disjunção exclusiva, **não há um valor lógico predominante**. Ela depende da contrariedade entre as proposições simples.

EXEMPLO:

"Ou passarei num concurso ou ganharei um bom salário, mas não ambos"

Ela expressa a ideia de que apenas uma das duas afirmações pode ser verdadeira, mas não ambas ao mesmo tempo. Isso é conhecido como "mútua exclusão" ou "ou exclusivo."

A **proposição composta será verdadeira somente quando uma das partes for verdadeira e a outra for falsa**. Qualquer outra combinação resultará em uma proposição composta falsa.

Esse princípio da mútua exclusão é fundamental na lógica e é usado para expressar situações em que eventos ou condições são incompatíveis entre si. **É uma forma precisa de descrever a ideia de que algo não pode acontecer simultaneamente com outra coisa.**

TABELA VERDADE DA DISJUNÇÃO "EXCLUSIVA OU"

SERÁ VERDADEIRA QUANDO UMA PROPOSIÇÃO FOR VERDADEIRA E A OUTRA FALSA.

p	q	p eq q
V	V	F
V	F	V
F	V	V
F	F	F

DICA

DIAGRAMAS LÓGICOS III



DIAGRAMA DE VENN-EULER II

na prática

EXEMPLO NA PRÁTICA

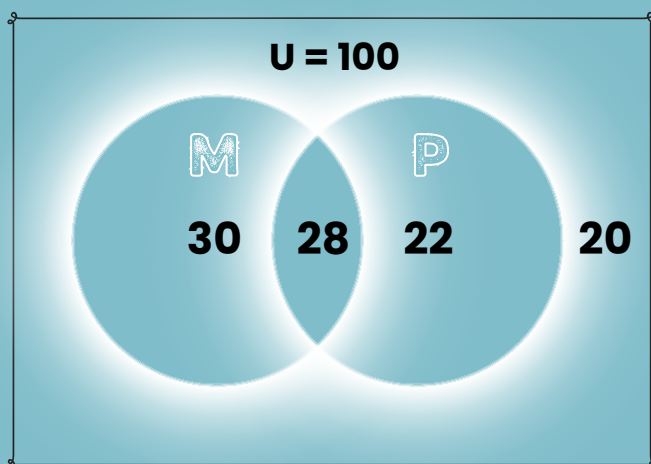
Suponha que foi feita uma pesquisa com 100 pessoas. Dessas pessoas:

- **22** gostam apenas de Português;
- **30** gostam apenas de Matemática;
- **28** gostam tanto de Matemática como Português;
- **20** pessoas não gostam de nenhuma das duas matérias.

Para representar essa situação usando um diagrama de Venn-Euler, primeiro, vamos identificar os conjuntos envolvidos:

- **M**: Conjunto das pessoas que gostam de Matemática.
- **P**: Conjunto das pessoas que gostam de Português.

Agora, podemos usar as informações fornecidas para preencher o diagrama de Venn-Euler:



- **"50 pessoas gostam de Português"**: Isso significa que temos 50 pessoas no conjunto P (Português);
- **"58 pessoas gostam de Matemática"**: Isso significa que temos 58 pessoas no conjunto M (Matemática).

DICA
EXCEL XI

FUNÇÃO SOMA

you know what it is?



A função "SOMA" no Microsoft Excel é uma das funções mais básicas e úteis. Ela é **usada para somar um conjunto de números**, permitindo que você adicione rapidamente uma série de valores para obter um total.

REGRA



SOMA(número1, [número2], ...)



- número1: O primeiro número ou intervalo de células que você deseja somar.
- número2: (Opcional) O segundo número ou intervalo de células que você deseja somar. Você pode fornecer mais números separando-os por vírgulas.

ENTENDA MELHOR COM O EXEMPLO:

=SOMA(A1:A5)

- Neste exemplo, a função "SOMA" somará os valores contidos nas células de A1 a A5.

LEMBRE-SE!

- É possível fornecer até 255 argumentos para a função "SOMA", tornando-a flexível o suficiente para lidar com uma ampla variedade de cálculos de adição.
- É importante observar que a função "SOMA" no Excel não considerará células que contenham texto ou estejam vazias em seu cálculo.

DICA

CORREIO ELETRÔNICO XII

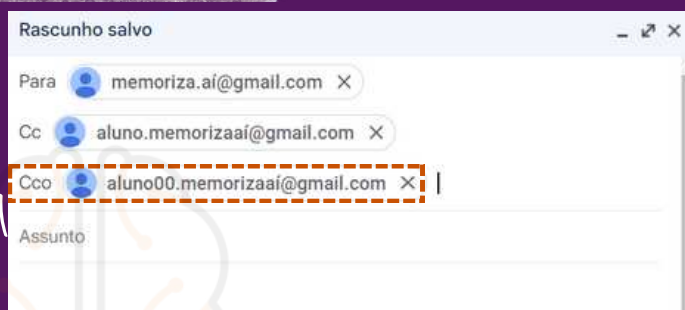


envio de e-mail

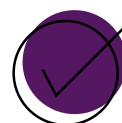
COM CÓPIA OCULTA (CCO)



Lembre-se!
ASSUNTO MUITO COBRADO EM PROVA!



O campo Cco é uma ferramenta valiosa para **preservar a privacidade dos destinatários**. Quando você envia um e-mail com destinatários listados no campo Cco, **cada destinatário não pode ver quem mais recebeu a mensagem**. Isso é útil quando você está enviando e-mails para um grupo de pessoas que não precisa necessariamente conhecer ou se comunicar entre si.



Usar o campo Cco adequadamente também faz parte da etiqueta de e-mail. É importante comunicar claramente aos destinatários por que eles estão recebendo a mensagem e qual é o propósito dela, especialmente quando os destinatários não podem ver quem mais recebeu o e-mail.



Lembre-se de que, **embora os destinatários no campo Cco não sejam visíveis para outros destinatários, eles ainda podem responder a todos os outros destinatários se escolherem fazê-lo**.

DICA

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS II

REQUISITOS PARA O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS I



➔ Perceba que as **condições que requerem consentimento** são **semelhantes** às apresentadas para o tratamento de dados pessoais.

➔ Artigo 11. O processamento de **dados pessoais sensíveis** só é **permitido** em determinadas circunstâncias:

I - quando o **titular ou seu responsável legal** **consentir de forma específica e destacada** para propósitos específicos;

II - **sem o consentimento do titular**, nos casos em que for **essencial** para:

- cumprir uma **obrigação legal ou regulatória** pelo controlador;
- processar **compartilhadamente dados necessários** para a execução de **políticas públicas** pela administração pública, conforme previsto em leis ou regulamentos;
- conduzir **estudos por um órgão de pesquisa**, sempre priorizando a anonimização dos dados pessoais sensíveis;
- exercer regularmente **direitos**, incluindo em **contratos** e em **processos** judiciais, administrativos e arbitrais, este último conforme estabelecido na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996 (Lei de Arbitragem);

- **proteger a vida ou a integridade física** do titular ou de terceiros;
- garantir a **saúde**, exclusivamente em procedimentos realizados por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridades sanitárias;
- assegurar a **prevenção de fraudes e a segurança do titular**, nos processos de identificação e autenticação de cadastros em sistemas eletrônicos, desde que os direitos mencionados no artigo 9º desta Lei sejam protegidos, exceto se prevalecerem os direitos e liberdades fundamentais do titular que exijam a proteção dos dados pessoais.



O Artigo 9º estabelece o direito do titular dos dados de ter **acesso fácil às informações sobre o tratamento dos seus dados**, incluindo a finalidade, método, duração do tratamento, identificação do controlador, informações de contato, compartilhamento de dados, responsabilidades dos agentes e direitos do titular.

DICA

ACESSO À INFORMAÇÃO. LEI Nº 12.527/2011 IV

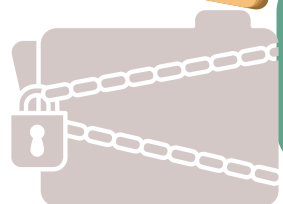
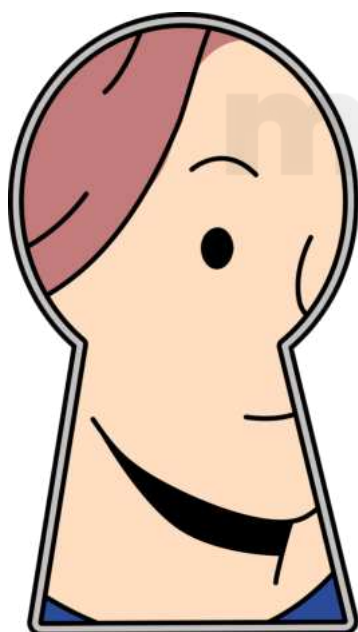
LEI Nº 12.527/2011 IV



A legislação permite que certas informações sejam designadas como **confidenciais**, seguindo critérios estabelecidos nas leis vigentes.

Dados confidenciais são aqueles que, se divulgados, poderiam **prejudicar a segurança nacional**, a **defesa**, ou as **relações exteriores do país**, entre outros aspectos.

A legislação contempla **três níveis de confidencialidade** para informações governamentais: **ultrassecreto**, **secreto**, **reservado**.



ULTRASSECRETO:

Informações cuja divulgação pode causar danos graves à segurança do Estado ou às relações exteriores. O **prazo máximo de confidencialidade é de 25 anos**, podendo ser prorrogado.

SECRETO:

Informações cuja divulgação pode prejudicar a segurança do Estado ou interesses nacionais. O **prazo máximo de confidencialidade é de 15 anos**.

RESERVADO:

Informações cuja divulgação pode afetar a administração pública ou interesses públicos. O **prazo máximo de confidencialidade é de 5 anos**.

- Além das **informações pessoais**, que por natureza devem ser **protegidas**, como os dados pessoais dos cidadãos, a legislação estabelece normas específicas para o **tratamento e acesso** a essas informações, garantindo a privacidade e proteção dos dados pessoais.
- Adicionalmente, a lei reconhece que certas informações podem ser sujeitas a **sigilo** por **órgãos ou entidades que ainda não estabeleceram uma classificação específica**. Nesses casos, é necessário **justificar** a necessidade do sigilo e definir um **prazo para a divulgação**.



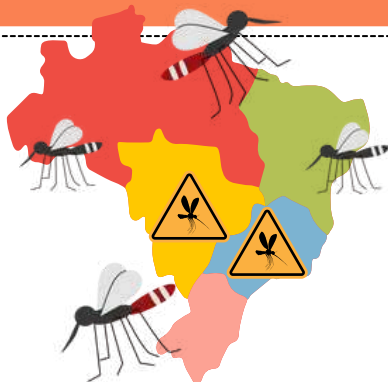
DICA

ATUALIDADES BRASILEIRAS

EPIDEMIA DA DENGUE



Nos primeiros meses de 2024, o Brasil enfrenta um aumento alarmante de casos de dengue, com 217.481 casos prováveis e 15 mortes confirmadas, além de 149 mortes sob investigação.



Os estados mais afetados são Minas Gerais, com 67.223 casos, São Paulo com 35.410, e o Distrito Federal com 29.138 casos, levando Minas Gerais e o Distrito Federal a declararem situação de emergência.

A CIDADE DE SÃO PAULO VIU UM AUMENTO DE MAIS DE **300% NOS CASOS DE DENGUE EM COMPARAÇÃO COM O MESMO PERÍODO DE 2023**, PASSANDO DE 443 PARA 1.792 CASOS ESTE ANO



- As **altas temperaturas** e as **mudanças climáticas**, incluindo o fenômeno El Niño, têm favorecido a proliferação do mosquito transmissor da dengue, conforme apontado pelo diretor do Programa Nacional de Imunizações (PNI), Eder Gatti. O governo investiu R\$ 256 milhões em vigilância e prevenção para combater esse cenário.



- Em 2023, o Brasil registrou **1.094 mortes por dengue**, o maior número desde 2000, sendo **São Paulo** o estado com o maior número de óbitos (286). A vacinação contra a dengue começou em **fevereiro de 2024**, inicialmente focada em crianças e adolescentes de 10 a 14 anos nos municípios mais afetados pela doença.

- A **produção limitada** da vacina pelo laboratório Takeda Pharma significa que **apenas 10%** das cidades serão **cobertas**, com 5,082 milhões de doses previstas para entrega até novembro de 2024.





DICA

AÇÃO POPULAR

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Previsão constitucional: Art. 5º, LXXIII, CF.



AÇÃO POPULAR

A ação popular é um recurso constitucional acessível a todos os cidadãos, **utilizado para anular atos prejudiciais ligados ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e aos bens históricos e culturais.**

Quem pode impetrar essa ação?

Esta é uma das **armadilhas mais conhecidas em concursos**, relacionada à ação popular: **somente um cidadão, indivíduo com direitos civis e políticos plenos, tem o direito de entrar com a ação.**

Além disso, essa ação pode ser empregada tanto de forma preventiva (**quando acionada antes da ocorrência do ato prejudicial ao patrimônio público**) como repressiva (**quando o dano já ocorreu**).

Quem pode sofrer essa ação?



Qualquer **pessoa jurídica em cujo nome o ato ou contrato prejudicial** tenha sido (ou estivesse para ser) executado;



Todas as **figuras de autoridade, administradores, servidores e empregados públicos** que tenham tido participação no ato ou contrato prejudicial, ou que tenham se absterido, possibilitando a ocorrência do dano;



Todos os **indivíduos que obtiveram benefícios** diretos do ato ou contrato prejudicial.

DICA

DA NACIONALIDADE
PARTE IV

ALÍNEA "B"

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

Previsão constitucional: Art. 12º, I, CF.

Vamos entender isso?

Na alínea "b" da Constituição, é estipulado que **indivíduos nascidos fora do Brasil podem ser considerados brasileiros natos** se tiverem um pai ou mãe brasileiros, desde que pelo menos um deles esteja trabalhando para a República Federativa do Brasil.

É importante destacar que o legislador constituinte optou por usar o princípio do "**jus sanguinis**" aqui, a **obtenção da nacionalidade** segundo essa regra demanda o **cumprimento simultâneo de dois critérios**:



Ser **descendente** de um **pai brasileiro** ou uma **mãe brasileira**, ou de ambos.



Pelo menos **um dos pais**, ou ambos, **devem estar prestando serviços para o Brasil** no exterior.

curiosidade!

Q "jus sanguinis" X



jus sanguinis deriva do latim e significa "direito de sangue". Garante ao indivíduo o direito à cidadania de um país por meio de sua ascendência.

Q "jus solis" X



jus solis: deriva do latim e significa "direito de solo". Garante ao indivíduo o direito à nacionalidade do lugar onde nasceu.

DICA

REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS I



COMPETÊNCIA COMUM

Com base na concepção de nossa **Federação**, que é composta por entidades autônomas - **União, Estados, Distrito Federal e Municípios**, conforme estabelecido no artigo 18 da Constituição Federal, é essencial que a Carta Magna **defina claramente as esferas de atuação de cada uma dessas entidades**.

A delimitação prévia de regras pode solucionar a **usurpação de competências ao constatar inconstitucionalidade, quando há contradição com a Constituição**. Cada entidade governamental **tem suas próprias características, desafios, e vantagens**. É importante respeitar as particularidades locais e valorizar as diferenças existentes, concedendo autonomia para solucionar problemas específicos.

lembre-se!

NÃO existe hierarquia entre os entes federativos!

COMPETÊNCIA COMUM são as **responsabilidades atribuídas à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal**, estipuladas no artigo 23.

- ✓ O artigo descreve 12 áreas de competência local com impacto nacional, alinhadas com o bem-estar público.
- ✓ A título de ilustração, podemos mencionar uma competência comum de notável interesse coletivo delineada no primeiro inciso do artigo 23.

Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

É evidente que a **responsabilidade de zelar pelas leis e pela Constituição não recai exclusivamente sobre a União, mas sim sobre todos os componentes da federação**. Isso se dá em virtude da natureza coletiva desse assunto. Além disso, outras questões de interesse amplo, como mencionado anteriormente, também são abordadas nos diferentes incisos do artigo 23 da Constituição Federal.

DICA

LEI COMPLEMENTAR Nº 734/93- LEI ORGÂNICA DO MP SP

REGIME DISCIPLINAR

A atividade funcional dos membros do MP está sujeita a:

- ✓ I – **Inspeção** permanente
- ✓ II – **Visita** de inspeção
- ✓ III – **Vistorias** (verificações informais)
- ✓ IV – **Correição** ordinária
- ✓ V – **Correição** extraordinária

Qualquer pessoa pode **denunciar** ao **Corregedor-Geral do MP** abusos, erros, **omissões** ou **condutas inapropriadas** cometidas por **membros do MP**.

👤⚖️ **ART. 228 – QUEM FISCALIZA?**

- Os Procuradores de Justiça são fiscalizados pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores.
- Os Promotores de Justiça são fiscalizados pelos Próprios Procuradores, quando analisam os processos em que devem atuar.

O Corregedor pode, de **ofício** ou com base em informações, fazer **recomendações orais** ou por **escrito**, de forma reservada, aos membros do MP. Ele também:

- Comunica elogios;
- Registra essas observações no histórico funcional.

o que precisamos saber?

AS VISTORIAS SÃO FEITAS INFORMALMENTE PELO **CORREGEDOR** OU SEUS ASSESSORES E DEVEM OCORRER **NO MÍNIMO 96 VEZES POR ANO**;

CORREIÇÃO ORDINÁRIA

Feita pelo **Corregedor ou Procurador** por ele designado, com aprovação do Órgão Especial.

- Qualidade do trabalho;
- Cumprimento das obrigações;
- Participação em programas e projetos do MP.

⚠️ DEVE HAVER PELO MENOS
48 CORREIÇÕES ORDINÁRIAS
POR ANO.

48

DICA

LEI Nº 8.625/1993 – LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO



GARANTIAS E PRERROGATIVAS DO MP

Os membros do Ministério Público (MP) possuem **garantias** que asseguram sua **independência** e **vedações** que evitam **conflitos de interesse**, garantindo uma atuação imparcial e ética.

GARANTIAS DOS MEMBROS DO MP

✓ **VITALICIEDADE**

➔ Após 2 anos de exercício. Só perde o cargo por sentença judicial transitada em julgado.

✓ **INAMOVIBILIDADE**

➔ Só pode ser removido por motivo de interesse público, com decisão do órgão competente.

✓ **IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS**

➔ Observado o disposto na CF, não pode haver redução de remuneração.

PRERROGATIVAS FUNCIONAIS (ARTS. 40 E 41 DA LONMP)



◆ **COMO MEMBROS DO MP (ART. 40):**

- Ser ouvidos com **hora marcada** em **inquéritos** e **processos**.
- Ser presos somente por **ordem judicial** (exceto flagrante de crime inafiançável).
- Ser **processados** e **julgados originariamente pelo TJ**.
- Ter direito à **cela especial** antes de condenação.
- Acesso aos **dados pessoais internos** da instituição.

◆ **NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO (ART. 41):**

- **Tratamento jurídico** e **protocolar** igual ao de **juízes**.
- Não ser **indiciado** em **inquérito policial**.
- **Inviolabilidade funcional** pelas opiniões e manifestações processuais.
- **Acesso irrestrito** a processos, dependências públicas e privadas (exceto domicílios).
- **Direito de vista** dos autos, sustentação oral, intimação pessoal.
- **Porte de arma** e **uso de vestes talares**.
- **Assento à direita do juiz** nas audiências.

DICA

PROTOCOLO ADICIONAL À DECLARAÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PROTOCOLO SAN SALVADOR



PROTOCOLO SAN SALVADOR

Todo mundo tem direito a **trabalhar** e, com isso, levar uma **vida digna e decorosa** – afinal, ninguém merece só sobreviver!

Os países **precisam garantir** isso **criando programas de emprego**, orientação **profissional** e **capacitação**, incluindo pessoas com deficiência. Também é essencial oferecer **suporte** às famílias para que as mulheres, em especial, possam trabalhar de forma justa.

O direito ao trabalho só vale se for **justo, equitativo e satisfatório**. Por isso, os Estados devem garantir:

- a. **Salários justos** para uma vida digna, com igualdade para quem faz o mesmo trabalho;
- b. **Liberdade** para escolher (ou trocar) de emprego;
- c. **Oportunidade de crescer** no trabalho com base em mérito;
- d. **Estabilidade no emprego** (nada de demitir sem motivo justo);
- e. Ambiente de trabalho **seguro e saudável**;
- f. Proteção para **menores de 18 anos** contra trabalhos **perigosos** ou **insalubres**;
- g. **Jornadas de trabalho** que respeitem os **limites diários e semanais**, com horários menores para trabalhos perigosos;
- h. **Descanso, férias remuneradas e feriados pagos** – porque ninguém é de ferro!



Todo trabalhador tem direito de **organizar sindicatos** e **entrar** neles, além de participar de federações, confederações e até organizações internacionais. Ah, e a **greve** também está garantida! 🖐️

Claro, tudo isso deve **respeitar as leis de cada país**, principalmente quando o assunto é ordem **pública, saúde** ou **moral**.

- Só **não pode obrigar ninguém a entrar em sindicato**, hein?

DICA

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PACTO DE SÃO JOSÉ DA COSTA RICA – DECRETO Nº 678/1992



COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

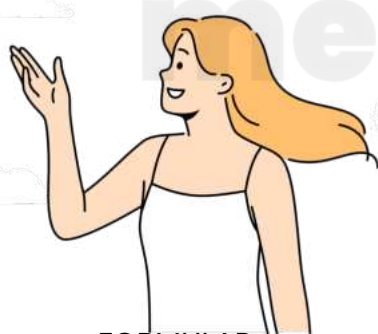


Composição da Comissão: A Comissão é formada por **7 membros**, com autoridade moral e saber em direitos humanos.



Processo de Eleição: Os membros são **eleitos** pela Assembleia-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) e devem ser de **diferentes países**.

Função principal: Promover a observância e defesa dos direitos humanos nas Américas.



FORMULAR
RECOMENDAÇÕES AOS GOVERNOS PARA
MELHORAR AS **LEIS** E
GARANTIR **RESPEITO** AOS
DIREITOS HUMANOS.



ESTIMULAR A
CONSCIENTIZAÇÃO
SOBRE **DIREITOS HUMANOS**.



ELABORAR **RELATÓRIOS E ESTUDOS**, ALÉM DE
FORNECER
ASSESSORAMENTO
SOBRE QUESTÕES DE
DIREITOS HUMANOS.

Qualquer pessoa ou grupo pode apresentar petições à Comissão sobre violação de direitos humanos.

Para que uma petição seja aceita, deve atender a certos critérios:

- Recursos **internos esgotados**.
- Petição apresentada dentro de **6 meses** após a decisão final.
- A matéria não deve estar **pendente** em outro **processo internacional**.

OS ESTADOS PODEM **RECONHECER A COMPETÊNCIA DA COMISSÃO** PARA INVESTIGAR **VIOLAÇÕES** POR OUTROS ESTADOS.

**DICA****CLASSIFICAÇÕES DOS ATOS**

Essas são apenas algumas das classificações possíveis. Cada uma delas oferece uma visão específica dos atos administrativos, ajudando a entender suas características e aplicações.

**Quanto ao Conteúdo:**

Positivos: Contêm determinações ou concessões.

Negativos: Contêm proibições ou limitações.

**Quanto à Hierarquia:**

Hierárquicos: Dependem da aprovação ou autorização de uma instância superior.

Subordinados: Dependem de aprovação ou autorização de uma instância inferior.

**Quanto à Finalidade:**

De Império: São os atos em que a Administração exerce seu poder de mando, aplicando sanções, embargos etc.

Negociais: São aqueles que a Administração pratica quando age como contratante, como concessões, permissões e autorizações.

**Quanto ao Momento de Produção dos Efeitos:**

Ex nunc: Os efeitos do ato ocorrem a partir do momento de sua edição.

Ex tunc: Os efeitos retroagem a um momento anterior à edição do ato.

curiosidade!

Q "ex nunc" x

As decisões ex nunc "**nuncA RETROAGEM**", ou seja, só valem a partir do trânsito em julgado em diante, sem efeito retroativo



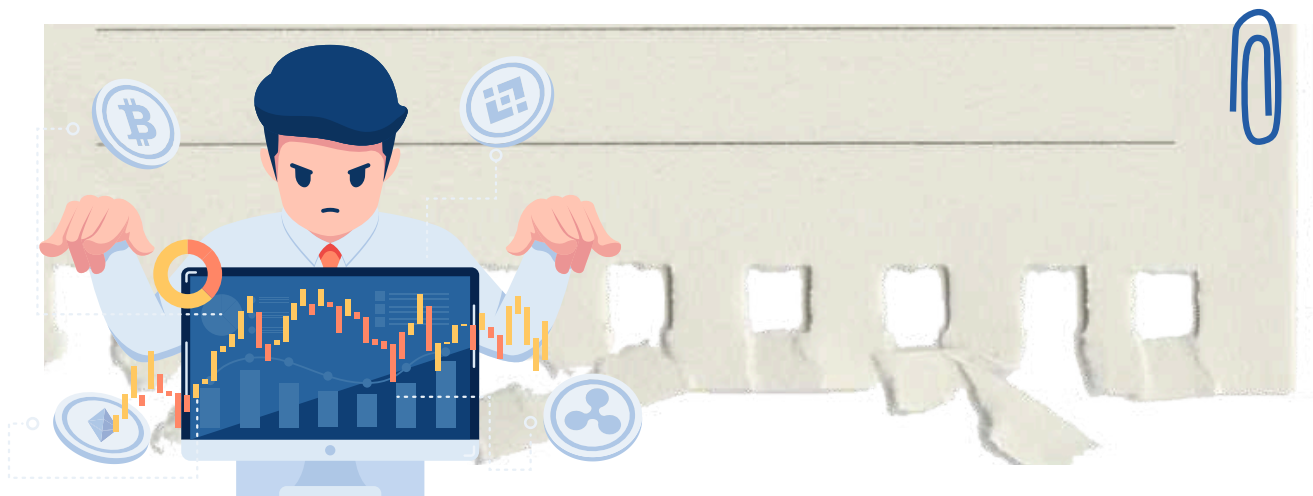
Q "ex tunc" x

á as decisões sob efeito ex tunc, sempre retroagem ao fato jurídico que originou a ação.



DICA

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA I



O controle da Administração Pública refere-se ao conjunto de mecanismos e procedimentos pelos quais são avaliadas e fiscalizadas as atividades e condutas dos órgãos, agentes e entidades que compõem a administração estatal. O objetivo primordial desse controle é assegurar que a Administração Pública atue de acordo com os princípios legais, éticos e constitucionais, promovendo a transparência, a eficiência, a legalidade e a prestação de serviços de qualidade aos cidadãos.

Conforme observarão, a administração pública está sujeita a ser fiscalizada por entidades pertencentes a todos os Poderes (Legislativo, Judiciário e Executivo), em várias etapas de suas atividades, as quais podem abranger diversos aspectos da sua atuação.

Vamos agora **categorizar as modalidades** de controle?

ÓRGÃO CONTROLADOR

Controle poderá ser administrativo, legislativo ou judicial.

ASPECTO CONTROLADO

O controle poderá ser de legitimidade/legalidade ou ainda de mérito.

MOMENTO DE EXERCÍCIO

Controle poderá ser prévio, concomitante ou posterior.

ORIGEM

Controle poderá ser interno, externo e popular.

AMPLITUDE

Controle poderá ser hierárquico e finalístico.

DICA

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA III

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO



Entendendo o Primeiro Ato de Improbidade Administrativa

- O primeiro conjunto de atos de improbidade administrativa é provavelmente o mais comum e evidente para a população em geral.

A Lei de Improbidade Administrativa **combate a corrupção entre agentes públicos que recebem vantagens financeiras de terceiros interessados em subverter a Administração Pública para seus próprios interesses**. A parte de enriquecimento ilícito da lei ataca diretamente as diferentes formas de corrupção.

- O Art. 9º da Lei de Improbidade Administrativa, que foi alterado pela Lei 14.230/14, **estabelece que o enriquecimento ilícito por meio da obtenção de vantagem patrimonial indevida em razão do cargo deve ter ocorrido por meio de prática dolosa**.

- receber propina (em dinheiro ou bens) para facilitar ou praticar qualquer ato que seja de interesse de terceiros dentro da administração pública ;
- receber propina ou aceitar promessa de vantagem econômica para tolerar a exploração ou prática de jogos de azar, lenocínio, de narcotráfico, contrabando, usúria ou outras atividades ilícitas;
- se utilizar, em benefício próprio, de quaisquer bens móveis, ou do trabalho do trabalho de servidores, empregados ou terceiros contratados pela administração pública, utilizar dos bens públicos para aumentar o patrimônio próprio.

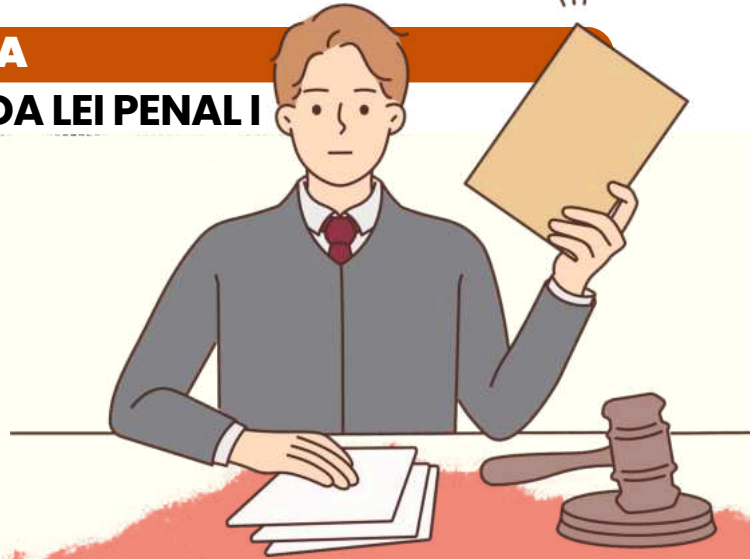
A nova lei de improbidade administrativa **alterou a redação de alguns incisos para determinar de maneira mais precisa as condutas criminosas**.

- Por exemplo, no inciso VI, **a obtenção de enriquecimento ilícito pode ocorrer por meio do recebimento de propina** para "fazer declaração falsa sobre qualquer dado técnico que envolva obras públicas". Antes, a declaração falsa se referia somente a "medição e avaliação de obras públicas."
- Outra mudança pode ser observada no inciso VII, que agora **oferece condições de defesa mais justas ao agente público acusado**, com a inclusão da seguinte parte destacada: "adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução".

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PENAL I

LEI PENAL NO TEMPO



ENTENDA A APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO



A lei penal brasileira estipula que **nenhum crime será punível se não estiver previsto anteriormente em lei.**

- Contudo, ao contrário da **lei processual penal**, que se aplica imediatamente quando alterada, a nova legislação penal que favoreça o agente pode ser aplicada retroativamente, inclusive em casos já julgados e com sentença condenatória transitada em julgado.



Observação importante sobre a Constituição - Artigo 5º, XL da CF: **a lei penal não retroagirá, exceto para favorecer o réu.**



TEMPO DO CRIME

APLICAÇÃO DA LEI PENAL

- De acordo com o artigo 4º do CP, a **lei penal aplicável é a que estava em vigor no momento da ação ou omissão.**
- No Direito Penal, **utiliza-se a teoria da atividade**, considerando o crime como praticado no instante em que o agente executa a conduta, o que ocorre após o início da ação.

L

U

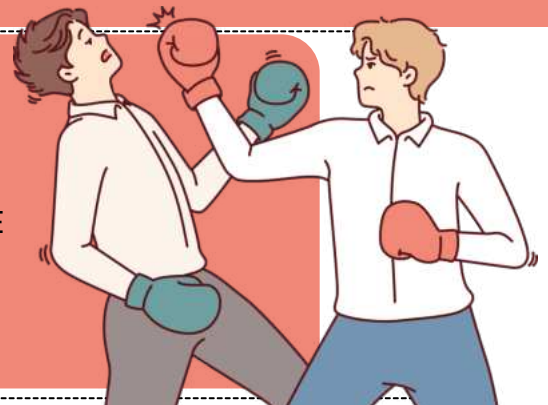
T

A

MNEMÔNICO

LUGAR = UBIQUIDADE

TEMPO = ATIVIDADE



DICA

PENAS E SEUS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO I

ESPÉCIES DE PENA



PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

As penas previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro, conforme o art. 32 do CP, são: **privativa de liberdade, restritiva de direitos e multa.**

PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

A privação de liberdade é uma forma de punição adotada pelo Código Penal, que tem como objetivo **restringir a liberdade de locomoção do condenado por um tempo determinado**. Esta medida tem como finalidade a **reinserção do indivíduo na sociedade e a prevenção de reincidência**.

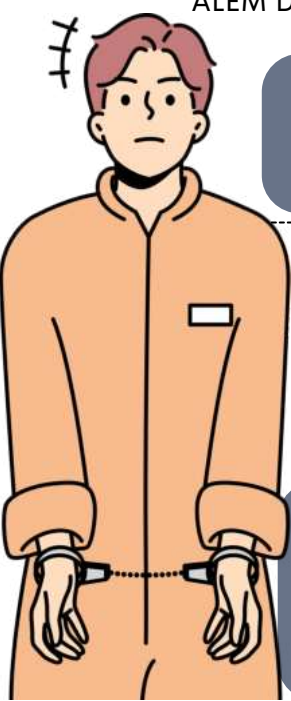
EXISTEM **TRÊS TIPOS DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE** PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO PENAL:

- **Reclusão** – para crimes graves; ADMITE O **REGIME INICIAL FECHADO**
- **Detenção** – para os crimes menos graves e **NÃO ADMITE O REGIME INICIAL FECHADO**
- **Prisão simples** – para as contravenções penais. **NÃO ADMITE O REGIME FECHADO**

ALÉM DISSO, O CÓDIGO PENAL ESTABELECE **TRÊS REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA**:

- **Fechado** – em presídios de segurança máxima;
- **Semiaberto** – em colônias agrícolas, industriais ou similares e
- **Aberto** – em casas de albergado ou similares.

A Pena Privativa de Liberdade é uma punição imposta a indivíduos condenados por um juiz competente, que restringe a sua liberdade de locomoção. Este tipo de penalidade **é aplicado a crimes mais graves, e pode ser cumprido através de diferentes regimes de reclusão: fechado, semiaberto e aberto, ou detenção.**



DICA

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA II



A Concussão ocorre quando **um agente público exige, em razão de sua função, um benefício para si próprio ou para outra pessoa.**



O Artigo 316 do Código Penal Brasileiro define a prática desse ato como crime e prevê **reclusão de 2 a 12 anos, além de uma multa.**



Um exemplo de Concussão pode ser observado quando *um juiz solicita propina para não aplicar a pena adequada a um criminoso.*

DIFERENÇA ENTRE DOIS CRIMES: CONCUSSÃO E CORRUPÇÃO PASSIVA

O crime de concussão e o crime de corrupção passiva possuem semelhanças, mas há uma diferença fundamental.

- O crime de **concussão é caracterizado pela atitude de exigir**, enquanto o crime de **corrupção passiva é caracterizado pela atitude de solicitar ou receber.**

FORMA QUALIFICADA

NA MODALIDADE QUALIFICADA DESTE TIPO PENAL, **NÃO BASTA APENAS O RECEBIMENTO INDEVIDO DO TRIBUTO OU CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. O FUNCIONÁRIO TAMBÉM DEVE DESVIAR O VALOR EM BENEFÍCIO PRÓPRIO OU DE TERCEIROS,** CONFORME DEFINIDO NO ARTIGO 316, §2º.



DICA

CRIMES CONTRA A VIDA II



HOMICÍDIO
QUALIFICADO II



É CRUCIAL COMPREENDER QUE O FEMINICÍDIO **NÃO SE RESUME** SIMPLEMENTE AO HOMICÍDIO PRATICADO CONTRA UMA MULHER.



Para ser caracterizado como Feminicídio, o homicídio deve ser perpetrado contra uma mulher **EM RAZÃO** de sua condição de mulher.



HOMICÍDIO QUALIFICADO

§ 2º-A Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

- I – **Violência doméstica e familiar**;
- II – **Menosprezo ou discriminação** à condição de mulher.

Assim, se uma mulher é vítima de homicídio **fora do contexto delineado acima**, não será enquadrado como Feminicídio, mas sim como homicídio comum.

Para entender o inciso I é preciso referenciar o artigo 5º da Lei Maria da Penha, que define violência doméstica e familiar contra a mulher como **qualquer ação ou omissão baseada no gênero** que cause **morte, lesão, sofrimento físico, sexual, psicológico, dano moral ou patrimonial**.

- I – no **âmbito da unidade doméstica**, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
- II – no **âmbito da família**, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
- III – **em qualquer relação íntima de afeto**, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.

- A **DEFINIÇÃO DE UNIDADE DOMÉSTICA**, INCLUI EMPREGADOS DOMÉSTICOS DEVIDO AO CONVÍVIO FAMILIAR. OS LAÇOS FAMILIARES PODEM SER **NATURAIS, POR AFINIDADE E VONTADE EXPRESSA**, E QUE A **COABITAÇÃO NÃO É NECESSÁRIA NAS RELAÇÕES ÍNTIMAS DE AFETO**, CONFORME PREVISTO LEGALMENTE E PELA SÚMULA 600 DO STJ.

DICA

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO (LEI Nº 9.613/98) I

CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO



→ A lavagem de dinheiro envolve a ação de **conferir uma aparência de legalidade a bens, direitos ou valores originados de uma infração penal.**

→ O agente, por meio dessa prática, **esconde ou disfarça a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade** desses bens, direitos ou valores provenientes de atividades criminosas.



O termo "lavagem de dinheiro" surgiu do direito norte-americano (money laundering) por volta de 1920, referindo-se aos **mafiosos que usavam lavanderias como fachada para legalizar o dinheiro obtido de atividades ilícitas.**

- Em outros países como Portugal e Espanha, é comum o uso da expressão "branqueamento de capitais".

Etapas da lavagem de dinheiro:

Fase da colocação (placement):

Introdução do dinheiro ilegal no sistema financeiro, incluindo técnicas como smurfing, que envolve múltiplos depósitos fracionados para ocultar grandes somas.

Fase da dissimulação/mascaramento (layering):

Realização de negócios ou movimentações financeiras complexas para dificultar o rastreamento dos valores ilícitos.

Fase da Integração (integration):

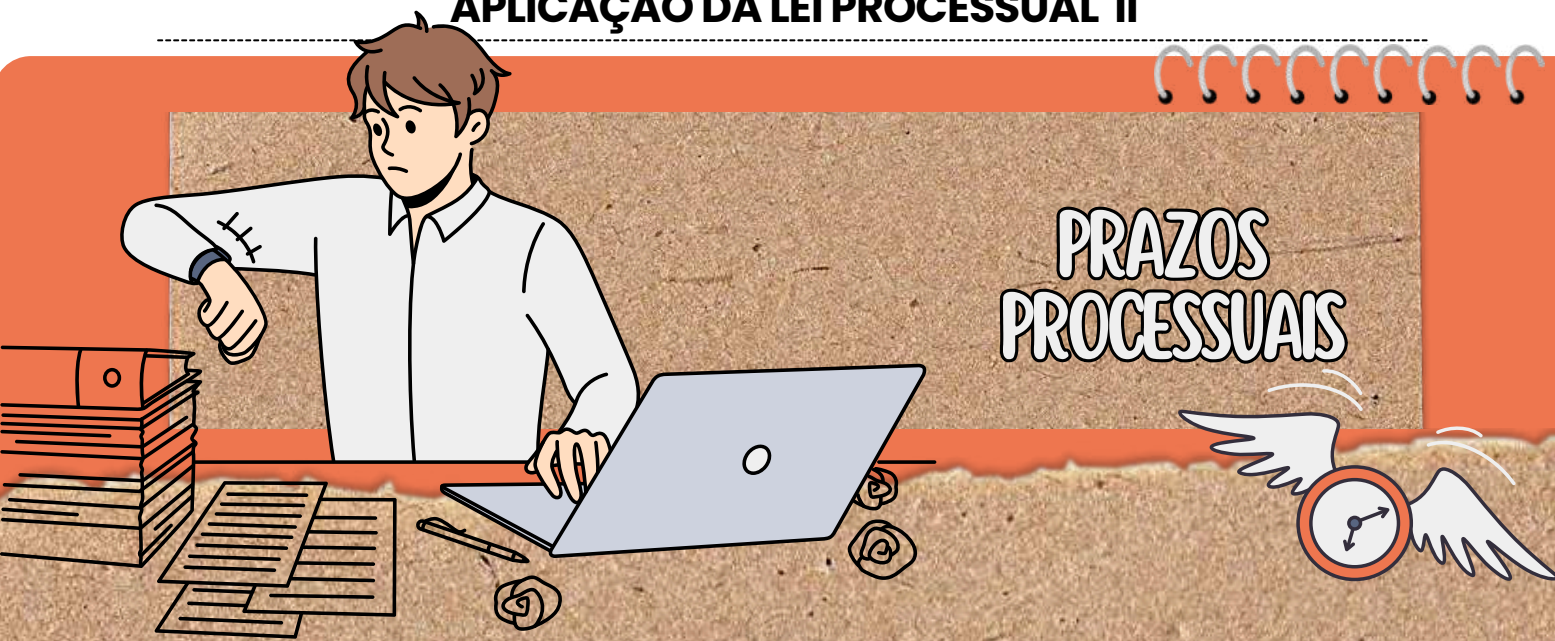
Incorporação dos bens ao sistema econômico.



NÃO É NECESSÁRIO COMPLETAR TODAS AS FASES PARA QUE O CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO SEJA CONFIGURADO.

DICA

APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL II



CONTAGEM DE PRAZOS PROCESSUAIS: COMO FAZER CORRETAMENTE?

De acordo com a lei, o prazo anterior é aplicado aos procedimentos em andamento, mas se a nova lei estabelecer um prazo mais longo, este será aplicado. Em resumo, **os prazos da lei anterior são válidos para os prazos já iniciados.**

No entanto, é importante **não confundir a contagem dos prazos processuais com o prazo penal**, conforme previsto no artigo 798, §1º do CPP. Todos **os prazos correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias, domingo ou dia feriado.**



CONTAGEM DE PRAZO NO PROCESSO PENAL

No processo penal, o prazo processual **começa no dia seguinte à data em que foi estabelecido e termina no último dia do prazo, incluindo esse dia.**

Prazo Penal – art. 10, CP	Prazo Processual – art. 798, §1º, CPP
Inclui o dia do início e exclui o do final	Exclui o dia do início e inclui o dia do vencimento



LEMBRE-SE QUE **O DIA DO INÍCIO NÃO É CONTADO, MAS O DIA DO VENCIMENTO É.**

Súmula 710-STF:

Quando se trata de processo penal, **os prazos são contados a partir da data da intimação**, e não da data da juntada aos autos de mandado ou carta precatória ou de ordem.





DICA

INQUÉRITO POLICIAL V

PRAZOS PARA CONCLUSÃO DO INQUÉRITO POLICIAL

ENTENDENDO O PRAZO DO INQUÉRITO POLICIAL NO BRASIL

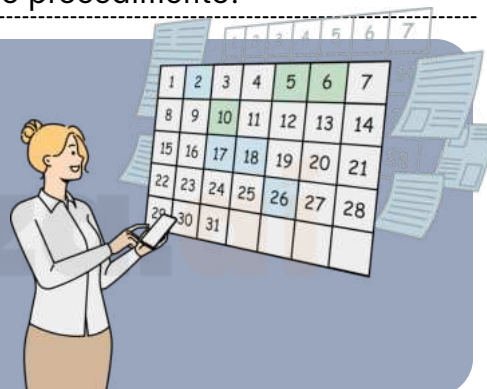
Os prazos estipulados na lei para conclusão do inquérito policial variam dependendo de diferentes fatores, como se o indiciado está solto ou preso, e a esfera ou o delito cometido. No entanto, é importante ressaltar que, **a partir do momento em que o inquérito policial é iniciado, a autoridade responsável tem a obrigação de finalizá-lo em conformidade com as leis que regem o procedimento.**

REGRA GERAL (PREVISTA NO CPP)

Originalmente, o prazo do IP, com investigado **preso**, é **10 dias** (art. 10, caput, do CPP).

Com o juiz das garantias (art. 3-B, §2º, CPP):

- Pode prorrogar por **15 dias**, uma **única vez**, mediante **representação da autoridade policial** e ouvido o MP.



Mas o **STF** por meio da (**ADI 6.581**) declarou **inconstitucional** essa limitação de apenas **uma prorrogação**, ou seja, o prazo pode ser **prorrogado** sucessivamente, desde que haja **motivação** e **controle judicial**.



LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Hipóteses	Preso	Solto
Regra Geral - CPP	10 dias	30 dias
Justiça federal	15 + 15 dias	30 dias
Crimes contra a economia popular	10 dias	10 dias
Lei de drogas	30 + 30 dias	90 + 90 dias
Inquérito militar	20 dias	40 + 20 dias

DICA

PROCEDIMENTOS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL VIII

PROCEDIMENTO
SUMARÍSSIMO



PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO E SEU USO EM CRIMES DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO



O procedimento sumaríssimo é aplicado em **contravenções penais e crimes de menor potencial ofensivo**, com pena máxima de até dois anos, exceto em casos especiais definidos por lei, conforme indicado no artigo 61 da Lei nº 9.099/95.



"ART. 61. CONSIDERAM-SE INFRAÇÕES PENAIS DE MENOR POTENCIAL OFENSIVO, PARA OS EFEITOS DESTA LEI, AS CONTRAVENÇÕES PENAIS E OS CRIMES A QUE A LEI COMINE PENA MÁXIMA NÃO SUPERIOR A 2 (DOIS) ANOS, CUMULADA OU NÃO COM MULTA."

COMO ISSO FUNCIONA?

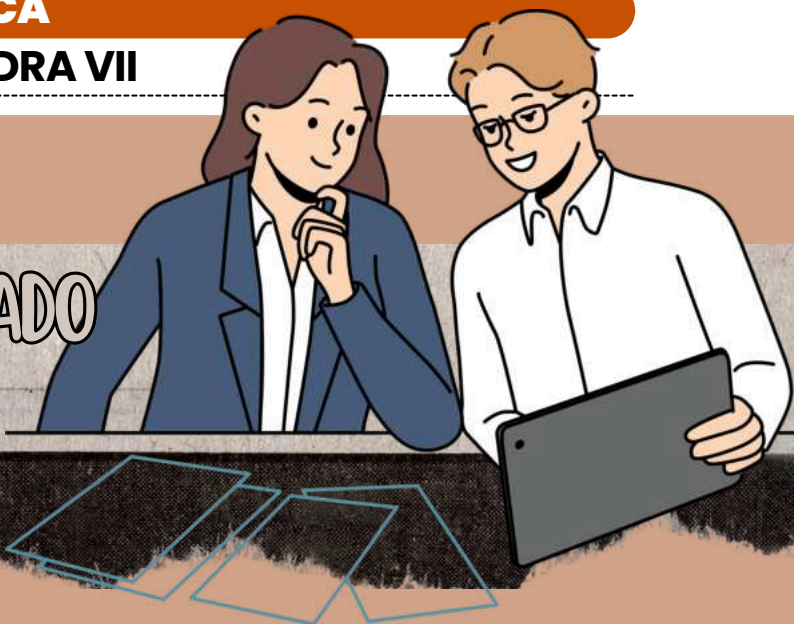
- Embora não regulamentado pelo CPP, é estabelecido pela Lei dos Juizados Especiais nº 9.099/95.
- Esse procedimento é ainda mais simplificado do que o sumário, com **prazos mais curtos e menos etapas**.
- A **audiência de instrução e julgamento acontece em um único ato**, no qual o réu é interrogado, as testemunhas são ouvidas e os argumentos apresentados, como descrito no artigo 81 da Lei 9.099/95. Embora a Lei nº 9.099/95 não estabeleça um número específico de testemunhas para a audiência, **a doutrina entende que a analogia com o rito sumário permite que o juiz ouça até cinco testemunhas de cada parte**.





DICA DRE E DRA VII

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – DRA



→ A Demonstração de Resultados Abrangentes (DRA), é uma ferramenta contábil que visa **divulgar ganhos e perdas economicamente incorridos, mas ainda não realizados financeiramente**.

CARACTERÍSTICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES (DRA):

- A DRA **divulga ganhos e perdas (ajustes patrimoniais)** que ainda não se realizaram financeiramente, mas podem ser revertidos no futuro.
- O Resultado Abrangente abrange **variações futuras de receitas e despesas já registradas no ativo ou passivo**, mas que ainda não afetaram o resultado do exercício devido ao regime de competência.
- A **obrigatoriedade da DRA é determinada pela Resolução CFC n. 1.185/2009** e pelo **CPC 26**, embora não esteja prevista na Lei n. 6.404/1976.
- Resultado Abrangente é uma **alteração no patrimônio líquido decorrente de transações e eventos não originados dos sócios**, excluindo investimentos dos sócios (aporte de capital, reservas de capital) e distribuições como dividendos e juros sobre capital próprio.

EXEMPLOS DE ITENS NA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES:



- **Investimentos em derivativos** classificados como disponíveis para venda e mensurados pelo valor justo.
- **Variação do valor** justo resulta em ajuste da avaliação patrimonial.
- Esse ajuste é considerado outra **receita ou despesa** abrangente.
- **Ajustes de exercícios anteriores** diretamente na conta lucros ou prejuízos acumulados.
- Esses ajustes entram na **apuração do lucro abrangente**, não na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).



A Demonstração do Resultado Abrangente (DRA) tem como objetivo **fornecer informações societárias aos investidores, abrangendo variações futuras de receitas e despesas ainda não impactadas no resultado do exercício** devido ao princípio da competência.

DICA

ESCRITURAÇÃO E LANÇAMENTOS CONTÁBEIS VI

RESOLUÇÕES

- Lançamentos com **mais de uma conta debitada ou creditada** serão identificados como "diversos".

- No entanto, é necessário **apresentar as contas sintetizadas como "diversos"** abaixo do lançamento inicial, com seus respectivos valores e na mesma natureza.

ILUSTRAÇÃO GRÁFICA DA TEORIA CLAUDIANA

GRUPO DE CONTAS	NATUREZA DO SALDO	IDENTIFICAR	PARA OU QUANDO O SALDO DA CONTA		
			AUMENTA	DIMINUI	
ATIVO	DEVEDOR	BENS/DIREITOS	DEBITA	CREDITA	CONTAS PATRIMONIAIS
PASSIVO	CREDOR	OBRIGAÇÕES	CREDITA	DEBITA	
PAT. LÍQUIDO	CREDOR	RESÍDUO	CREDITA	DEBITA	
RECEITAS	CREDOR	GANHOS	CREDITA	DEBITA	CONTAS DE RESULTADO
DESPESAS	DEVEDOR	PERDAS	DEBITA	CREDITA	
REDUTORA DO ATIVO	CREDOR	AJUSTES	CREDITA	DEBITA	CONTAS REDUTORAS
REDUTORA DO PASSIVO/PL	DEVEDOR	AJUSTES	DEBITA	CREDITA	

HORA DA QUESTÃO

(CESPE/TÉCNICO CONTÁBIL/EBSERH/2018) Para registro dos fatos III e VI, os lançamentos contábeis serão como os apresentados a seguir.

Fato III

D – Aluguéis ativos – R\$ 2.000

C – Aluguéis a pagar – R\$ 2.000

Fato VI

D – Aluguéis a pagar – R\$ 2.000

C – Caixa/Bancos – R\$ 2.000

- O FATO III REFERE-SE À APROPRIAÇÃO DE UMA DESPESA, O QUE SIGNIFICA QUE **A EMPRESA ESTÁ REGISTRANDO UMA DESPESA E RECONHECENDO UMA OBRIGAÇÃO COM ALUGUEL A PAGAR.**

- NO ENTANTO, O REGISTRO FOI FEITO INCORRETAMENTE. O REGISTRO CORRETO SERIA **D - DESPESA COM ALUGUEL / ALUGUEL PASSIVO C - ALUGUEL A PAGAR - 2.000.**

CHEGAMOS AO FIM



Parabéns, você acaba de conhecer a nossa amostra para
o **MP/SP!**

Esperamos que esta breve demonstração tenha despertado seu interesse e mostrado como nosso material pode ajudá-lo a **conquistar sua** tão sonhada **aprovação.**

Se você deseja se **destacar** frente à concorrência, você precisa **estudar** com o **material do Memoriza.ai**

Agora é com você: **quer ser aprovado** e tomar **posse** no concurso ainda em 2025?

Então...

→ [clique aqui para conhecer o material completo](#)



Professor
Carlos Fagundes
Sócio Fundador do MA

Obstáculo é aquilo que
você vê quando tira os
olhos do seu **propósito.**

→ [Acesse nosso Instagram](#)